



SANTA CASA da MISERICÓRDIA
São João da Pesqueira

ATA - NOVEMBRO 2025



SANTA CASA da MISERICÓRDIA São João da Pesqueira

CONVOCATÓRIA

Pedro Miguel Costa Lino de Seixas, Presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira, usando das faculdades conferidas pelo Compromisso Estatutário, em cumprimento do disposto nos artigos 20.º a 23.º do mesmo Compromisso, convoca a **Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia** para reunião **Ordinária**, a realizar no auditório da Biblioteca Municipal, sito na Vila de São João da Pesqueira, pelas **20:00horas do dia 29 de Novembro de 2025**, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1 – **Leitura e aprovação da Ata da Assembleia Geral transata;**

PONTO 2 – **Apreciação, discussão e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de Exploração Previsional e Investimentos para o ano de 2026 e parecer do órgão de fiscalização;**

PONTO 3 – **Outros Assuntos:**

- a) *Financiamento e contratação da empreitada da obra da UCC;*
- b) *Estado da obra na capela e edifício sede e pagamentos ao empreiteiro.*

Se à hora indicada não houver número suficiente de irmãos, a reunião realizar-se-á meia hora depois com qualquer número de presentes.

São João da Pesqueira, vinte e oito de outubro de 2025.

O Presidente da Assembleia Geral,



Lista de Presenças
Reunião Ordinária da Assembleia Geral
29 novembro de 2025

SANTA CASA da MISERICÓRDIA São João da Pesqueira

N.º IRMÃO/Ã	NOME DO IRMÃO/ ã	ASSINATURA
443	Pedro Veiga Martins	
470	António de Almeida Alexandre	
474	Ludovino António Fernandes	
475	Francisco José Montenegro Maurício	
478	José António Fontão Tulha	
484	Maria de Lurdes Correia Pinto Soares	
486	Luís Maria Figueiredo Cecílio	
487	Artur Adriano Tiago Ferreira	
488	José António Vaz Pêgo	
493	Sotero Augusto Donas Botto Fernando	
494	Maria Amália Vaz Fernando	
501	Maria Helena Alves de Almeida	
507	Nuno José Tulha Amices Rebelo	
508	José Maria Azevedo Vieira	
509	Ana Maria Ponciano Ferreira Vieira	
513	António Silvestre Moutinho Costa	
514	Maria Ivone Violas Moutinho Costa	
515	Maria José Pessanha Seixas	
521	Rosalina Monteiro Silva Ramos	
523	Maria Helena Silva Ramos	
531	Maria Angélica Abreu Fonseca Veiga Martins	
535	António Joaquim Pêgo	
538	Maria do Céu Vaz Pêgo	
539	Maria Irina Vaz Pêgo do Vale	
541	Maria Fernanda dos Santos Martins Ferreira Pereira	
544	Antónia Júlia Alves de Oliveira	
552	Alzira da Conceição Cecílio Cardoso	
553	Nuno Filipe Cecílio Cardoso	
556	Maria dos Anjos Fernandes Novais Tulha	
566	Estrela de Jesus Covas Camilo Vaz	
567	Fernanda Maria Pinto Pereira Cecílio	
573	Arminda Maria Tavares Tulha	
574	Ermelinda da Silva Nogueira Ribeiro	
577	José Vítor Fernandes Sobral	



Lista de Presenças
Reunião Ordinária da Assembleia Geral
29 novembro de 2025

N.º IRMÃO/Ã	NOME DO IRMÃO/ Ã	ASSINATURA
581	Maria João Tavares Tulha Gonçalves	
582	Maria Julieta Tavares Tulha	
588	Luísa Maria Tavares Tulha Duarte Ferreira	
589	Maria de Jesus Tavares Tulha Duarte Ferreira	
590	Maria Amélia de Jesus Figueira	
592	Amadeu da Costa e Castro	
594	Cláudia Cristina Vieira Rodrigues	
597	Francisco José Pinto	
598	João António Gouveia Barreleiro	
600	Maria Emília Cordeiro Monteiro	
601	Maria Teresa Catarino Fernandes	
602	Preciosa Luíza Dâmaso Frederico	
603	Vítor Manuel Magalhães Monteiro	
605	Ana Catarina Cecílio Cardoso Santana	
606	Carmo da Conceição Custóias Veiga Monteiro	
608	José Filipe Mendes Pereira	
610	Lina Maria Anjos Anunciação Lopes	
611	Luís Valdemar Dias Moutinho	
612	Martinha da Conceição Vaz Pêgo	
613	Paula Isabel Carvalho Mateus Moutinho	
615	Manuel António Natário Cordeiro	
616	Eduardo Pedro Helena Costa Pinto	
617	Paulo Jorge Santos Lopes Mendonça Tolda	
618	José Luís Cardoso Rodrigues	
620	Eduardo Manuel Dâmaso Frederico	
621	João de Deus Bernardo Martins	
623	Alice Cruz Lopes	
624	José Maria Vieira	
625	Carla Maria Mateus Pêgo	
626	Helena Margarida Garrido Lopes	
628	Iolanda Patrícia da Costa Pinto	
631	Nelson Daniel Sousa Santana	
632	Luís Carlos Ribeiro	
633	Maria Clara Pinto Anunciação Marta	
634	Cátia Sofia Rodrigues Monteiro Borges	
635	Avelino Francisco Veiga Macedo Peneiras	



Lista de Presenças
Reunião Ordinária da Assembleia Geral
29 novembro de 2025

N.º IRMÃO/Ã	NOME DO IRMÃO/ Ã	ASSINATURA
636	Andreia Filipa Azevedo Teixeira	
637	Sotero Filipe Vaz Donas Botto	
638	Tatiana Fernandes Vieira	
639	Sílvio Pinto Carneiro Pereira	
640	Luís António Silva Ramos	
641	André Fernando Vaz Donas Botto	<i>André Fernando Vaz Donas Botto</i>
642	Fabiana Isabel Anunciação Marta	
643	Nádia Joana Anunciação Oliveira	
644	Ana Maria Martins Moita Silva	
645	Maria Celestina Fernandes	
646	Diane Sophie Cristão Tavares	
647	Catarina Sofia Garcia Cardoso	
649	José Filipe Lopes Matos	<i>José Filipe Lopes Matos</i>
650	Ana Maria Leguíssimo Ferreira	
651	Nádia Fabiana Leguíssimo Ferreira	
652	Pedro Miguel Costa de Seixas	<i>Pedro Miguel Costa de Seixas</i>
653	Ana Maria Vieira Rodrigues	
654	Jéssica Isabel Santos Cristão	
655	André Manuel Tomás de Carvalho Nogueira	
656	Eva Aurora Ferreira Vieira Sanches	
657	Jorge Manuel da Fonseca Andrade	
658	Carlos Alberto Esteves Camilo	
660	Nelson Jorge Cardoso Ventura	
661	Joaquim Olindo Magalhães Monteiro	
662	Teresa Maria Nobre Chaves	
663	Maria dos Remédios Moutinho Anunciação Rebelo	
664	António Manuel Froufe Bastos	
665	Maria Alzira Pinto Cecílio	
666	Guilherme Maria Costa Santos Vila Real	
667	Elisabete Maria Pinto Rodrigues	
668	Filipe Manuel Pereira Rosa	
669	Eloísa Maria Santos Varela Pinto	
670	Maria Benedita do Nascimento Figueiredo	
671	Ana Maria Moita Fernandes Hespanhol	
672	Antónia Amaral Dias Vicente	



Lista de Presenças
Reunião Ordinária da Assembleia Geral
29 novembro de 2025

N.º IRMÃO/Ã	NOME DO IRMÃO/ Ã	ASSINATURA
673	Filipa Isabel Ferraz Fonseca Lino	
674	Tânia Filipa Pêgo Anciães	
675	Rosa Vitória Rodrigues Pessoa	
676	Rosa Marlene Pessoa Cristino	
677	Cristina Lia Szabo	
678	Germana Maria Madureira Mateus Silva	
679	Ana Cláudia Sequeira Mateus	
680	Ricardo Manuel Tabuaço Rosa	
681	Manuel José Madureira Mateus	
682	Eunice Alexandra Lemos Rebelo da Costa Cordeiro	
683	Rute Sofia Telinho Magalhães Donas Botto	
684	Marisa Pêgo	
685	António Mateus	
686	Cátia Susana Telinho Magalhães	
687	Marlene Alexandra Lopes Donas Botto	
688	Dora Costa Nunes Fernandes Caeiro	
689	Olinda Adelaide Natário Cordeiro	
690	Mário Frutuoso Azevedo Sousa	
691	Sandra Elisabete Oliveira Froufe	
692	Ana Magda Macedo Pinto	
693	Margarida Maria Romualdo Patrício	
694	Diana Raquel da Costa Anunciação Amaral	
695	Aurora Celeste Pêgo Barreleiro	
696	Angelina Adelaide Teixeira Pinheiro	
697	Leandro Miguel Pinheiro Pinto	
698	Pedro Pinheiro Alves	
699	Regina Isabel Sousa Santos Tralhão	
700	Maria Leonor Rodrigues Lemos Salta	
701	Marco Paulo Almeida Pêgo	
702	António Manuel Pêgo	
703	António Piedade	
704	Maria da Luz Silva Gomes	
705	Manuel António Martins Leiras	
706	Maria Adelina Pereira	
707	Maria Luísa Soares Tabuaço Rosa	
708	Joana Rafaela Castro Barreleiro	

Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira

ATA VINTE E QUATRO

----- Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e cinquenta e sete minutos, reuniu no Auditório da Biblioteca Municipal, em sessão Ordinária, a Assembleia Geral da Irmandade da Santa da Misericórdia de São João da Pesqueira presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia Geral, Pedro Miguel Costa Lino de Seixas. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, solicitou a presença do irmão José Matos para que pudesse integrar a Mesa da Assembleia em virtude da ausência da senhora Vice-Presidente da Mesa da Assembleia, Amélia Figueira. Estando a Mesa da Assembleia constituída, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia endereçou uma saudação a todos os presentes.

----- De seguida, procedeu à leitura dos pontos constantes na convocatória previamente remetida: -----

PONTO 1 – Leitura e aprovação da Ata da Assembleia Geral transata;

PONTO 2 – Apreciação, discussão e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de Exploração Previsional e Investimentos para o ano de 2026 e parecer do órgão de fiscalização;

PONTO 3 – Outros Assuntos:

- a) Financiamento e contratação da empreitada da obra da UCC;*
- b) Estado da obra na capela e edifício sede e pagamentos ao empreiteiro.*

PONTO 1 – Leitura e aprovação da Ata da Assembleia Geral transata: -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia solicitou à Secretária da Mesa, Iolanda Pinto, a leitura da ata da reunião transata, conforme previsto. Após a leitura, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Pedro Seixas, submeteu o documento a votação, salientando que a terminologia utilizada para este tipo de situações deveria, preferencialmente, assumir uma formulação de carácter positivo. A ata foi aprovada por unanimidade pelos presentes. -----

PONTO 2 – Apreciação, discussão e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de Exploração Previsional e Investimentos para o ano de 2026 e parecer do órgão de fiscalização: -----

----- Tomou a palavra a Senhora Provedora, Carla Pêgo, que cumprimentou os presentes e salientou que o orçamento de exploração previsional constitui sempre uma estimativa daquilo que poderá vir a ocorrer. Referiu que os pressupostos da Santa Casa estão sujeitos a variáveis económicas, políticas, sociais, locais, extrínsecas e intrínsecas à própria Instituição, as quais poderão condicionar os objetivos definidos. Destacou, para o próximo ano, duas linhas de ação prioritárias: a conclusão das obras em curso na Capela e no edifício sede da Santa Casa da Misericórdia, bem como a empreitada da Unidade de Cuidados Continuados (UCC), de curta e longa duração. Informou que, para a concretização destas duas obras essenciais, é relevante o protocolo e parceria com o Município, agradecendo o apoio financeiro e o empenho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Cordeiro, no sentido de a Santa Casa ir pagando algumas das despesas. Lamentou a ausência de maior número de irmãos, o que permitiria dissipar ou esclarecer dúvidas relativas aos valores pagos, frequentemente comentados fora do âmbito das reuniões. -----

----- Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Vice-Provedor, que cumprimentou todos os presentes e concretizou alguns pontos do Orçamento de Exploração Previsional e Investimentos relatório financeiro, dado que as principais explicações já haviam sido prestadas na ata anterior. Informou que, relativamente à empreitada da UCC, inicialmente, concorreram duas empresas, excluídas em face do preço. Após, aberto

novamente procedimento concursal, a empresa EDIBEIRAS apresentou candidatura, contudo, por falta de apresentação de documentação em prazo, foi excluída. Assim, será lançado concurso por ajuste direto, com preço até três milhões e setecentos mil euros (3.700.000€). Informou ainda que, junto do Banco Montepio, está pedido financiamento até dois milhões e quinhentos mil euros (2.500.000€), caso seja necessário. Haverá, portanto, recurso a empréstimo para pagar a obra da UCC, contando-se também como foi dito, com o apoio financeiro fundamental do Município. Relativamente às receitas habituais da Misericórdia, mencionou os donativos, quotas, receitas da Capela, rendimentos das valências técnicas da clínica SentirDouro - que distribuiu dividendos à Santa Casa e ainda a prestação de serviços clínicos em Vila Nova de Foz Côa. Entre as despesas correntes, referiu os custos com água, eletricidade e manutenção da Capela, destacando, contudo, as mais significativas: as obras no edifício sede e para a instalação da UCC. O orçamento global rondará os quatro milhões de euros (4.000.000€), esperando-se que as obras avancem após os inúmeros obstáculos enfrentados nos últimos anos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia abriu a discussão do ponto n.º 2 aos irmãos presentes. Tomou a palavra o irmão Manuel Cordeiro, que destacou a resiliência demonstrada por todos os intervenientes na concretização dos objetivos da Santa Casa da Misericórdia. Referiu os pressupostos e metas para a reativação da Instituição, bem como as dificuldades enfrentadas ao longo dos últimos oito anos para que as obras se tornassem realidade. Sublinhou que tais dificuldades são transversais a diversas instituições e não apenas a esta Santa Casa. Felicitou, igualmente, o trabalho *pro bono* dos elementos da Mesa Administrativa, pela resiliência e dedicação demonstradas. -----

----- A Senhora Provedora agradeceu a intervenção do irmão e Presidente da Câmara Municipal, Manuel Cordeiro, reconhecendo os desafios enfrentados em virtude das obras da Instituição e os esforços desenvolvidos, nomeadamente junto do Ministério da Cultura, dadas as exigências estéticas impostas e a dilação temporal para emissão de parecer. Sublinhou que este agradecimento é recíproco, dada a extrema relevância da UCC para o concelho de São João da Pesqueira. -----

----- Seguidamente, foi submetido à consideração e pedido o parecer do Conselho Fiscal, que, após as explanações, se pronunciou favoravelmente. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à abertura para votação do Ponto n.º 2, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

PONTO 3 – Outros Assuntos: -----

a) Financiamento e contratação da empreitada da obra da UCC:

----- A Sra. Provedora tomou a palavra para informar que esta alínea da ordem de trabalhos já havia sido devidamente explanada pelo Sr. Vice-Provedor nos pontos anteriores, bem como na ata da assembleia transata. Destacou que as contas da Santa Casa da Misericórdia para com a empresa do projecto e especialidades se encontram maioritariamente saldadas, já no valor de cerca de cem mil euros pagos, até em virtude do protocolo existente entre a Instituição e o Município. Sublinhou ainda que, não existindo uma fonte de rendimento sólida e constante, é essencial a manutenção de boas parcerias, bem como a dedicação de todos os irmãos, para fazer face às despesas que se vão acumulando. -----

----- O Sr. Vice-Presidente reiterou as palavras da Sra. Provedora, salientando a importância das parcerias e acrescentando que as receitas provenientes da clínica SentirDouro, através dos dividendos gerados, contribuíram também para suportar alguns dos encargos da Misericórdia. -----

----- Após estas intervenções, a senhora Provedora solicitou a deliberação da Assembleia para a mesa administrativa, na pessoa da senhora provedora e/ou do senhor vice-provedor, fazer o procedimento por ajuste direto para a contratação da empreitada da UCC e ratificar a assembleia os actos já praticados para o efeito, bem como poderes para tomarem as necessárias decisões e outorgarem a contratação da empreitada e financiamento em face do preço a constar no ajuste directo, cujo valor se manterá em 3.700.000 € (três milhões e setecentos mil euros), de modo a evitar atrasos na celebração definitiva do contrato. -----

----- A Sra. Provedora propôs, assim, a alteração da alínea a) do Ponto 3, que passa a constar da seguinte forma: **“Ponto 3 – alínea a) Financiamento e contratação da**

empreitada da obra da UCC e ratificação da contratação por ajuste direto, com poderes atribuídos para o efeito à Provedora e/ou ao Vice-Provedor .”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a alteração proposta e o seu conteúdo a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

b) Estado da obra na capela e edifício sede e pagamentos ao empreiteiro.

----- Tomou a palavra a Senhora Provedora, a qual convidou todos os presentes a procederem à visita “in loco” às obras em curso na sede e na Capela da Santa Casa da Misericórdia. Informou que os trabalhos se iniciaram na Capela, estendendo-se posteriormente à sede da Instituição, contando também com o imprescindível apoio financeiro do Fundo Rainha D. Leonor, através da candidatura oportunamente apresentada, cuja aprovação se encontra condicionada ao cumprimento dos pressupostos definidos pela respetiva entidade e ao financiamento protocolado com o Município. -----

----- Esclareceu a Senhora Provedora que, na fase atual da empreitada, se encontram em execução trabalhos de colocação de pladur e afagamento de pavimentos, subsistindo ainda a necessidade de tomada de decisão quanto à instalação de equipamentos térmicos, designadamente AVAC (ventilação e aquecimento) por falta de dinheiro para o efeito. -----

----- Prosseguindo, a Senhora Provedora elucidou os irmãos acerca do processo inicial da candidatura da obra junto do Fundo Rainha D. Leonor, e que aquando da submissão da documentação, várias especialidades não foram apresentadas. No presente exercício, tornou-se imperioso apresentar todas especialidades exigidas pela legislação em vigor, nomeadamente eletricidade, água, saneamento e AVAC, tendo em vista que no edifício se instale a SentirDouro. Sublinhou que tais encargos não estavam previstos inicialmente e que, só o sistema AVAC, representa um orçamento na ordem dos quarenta e cinco mil euros (45.000€), circunstância que agrava sobremaneira a gestão atual da Mesa Administrativa. Foram, por conseguinte, solicitados diversos orçamentos, todos eles confirmando valores equivalentes ou superiores para a instalação do AVAC. Destacou ainda que a pendência de decisão quanto à instalação do AVAC e seu pagamento, está à data a condicionar encerramento dos tetos, e a aplicação de mosaicos e azulejos nas casas de banho. -----

----- No que respeita às citadas especialidades, já elaboradas, informou que os gastos ascendem, até ao momento, a dezoito mil quinhentos e setenta e quatro euros e vinte e cinco

cêntimos (18.574,25€), valor já integralmente liquidado pela Santa Casa da Misericórdia a engenheiros/arquitectos. -----

----- Considerando as circunstâncias económico-financeiras atuais, foi solicitada a realização de uma peritagem técnica a fazer em conjunto com a engenheira, o arquiteto e com o empreiteiro, com a finalidade de verificar a conformidade entre os valores aplicados e os trabalhos efetivamente realizados pelo empreiteiro. Caso sejam detetadas desconformidades, incumbirá ao empreiteiro assumir a responsabilidade pela execução e reparação. Esta diligência revela-se essencial para aferir os montantes adicionais que se tornarão necessários para a conclusão das obras, pelo que ficará para posterior decisão em assembleia geral. -----

----- A Senhora Provedora, procedeu à clarificação resumida dos valores já pagos no âmbito da candidatura ao Fundo Rainha D. Leonor, para as obras no edifício sede da Santa Casa da Misericórdia (antigo hospital), até à presente data. Informou que:

- Em 2019, o Fundo Rainha D. Leonor efetuou o pagamento de sessenta e dois mil euros (62.000€); -----

- Em 2022, o mesmo fundo procedeu ao pagamento de quinze mil euros (15.000€). Assim, e conforme estes dados contabilísticos, pela anterior Mesa Administrativa, foram gastos setenta e sete mil euros (77.000€) providos do Fundo Rainha D. Leonor.

- No exercício de 2023 não se verificou qualquer transferência, porquanto nos anos transactos não houve obras na sede e as obras realizadas na Capela não se encontravam conformes ao contratado e requisitos exigidos pelo Fundo Rainha D. Leonor, circunstância que determinou a suspensão de entrega de dinheiro pelo Fundo até nova vistoria que confirmasse a execução das alterações impostas para as obras na Capela (retirar o cimento do chão, pinturas de madeiras a cor não brilhante, retirar emblemas autocolantes, etc.) Neste interregno, a mesa administrativa que tomou posse em 2023 viu-se obrigada a suportar despesas adicionais não previstas, com a execução de obras de reparação na capela, em face das obras executadas pela anterior mesa administrativa, não aprovadas. -----

-No ano de 2024, após vistoria que determinou que as obras na Capela cumpriam os requisitos impostos pelo Fundo Rainha D. Leonor, este procedeu a dois pagamentos: um no valor de cinquenta e um mil euros (51.000€) e outro no montante de vinte mil euros (20.000€). -----

-Já em 2025, na sequência de nova fiscalização, e tendo sido reconhecido que a obra prosseguia já na sede, foi efetuado o pagamento de vinte e sete mil e seiscentos e oitenta e um euros e setenta e um cêntimos (27.681, 71€). -----

RF
X

----- Deste modo, entre 2019 e 2025, o Fundo Rainha D. Leonor financiou, via donativo, obras na Santa Casa da Misericórdia, na quantia global de cerca de cento e setenta e cinco mil euros (175.000€). Considerando que o valor total a receber pela Instituição ascendia a cerca de duzentos e seis mil euros (206.000€), encontra-se ainda pendente o pagamento de trinta e um mil euros (31.000€), montante que não cobre sequer a despesa inerente à visada instalação do sistema AVAC. -----

----- Seguidamente, a Senhora Provedora apresentou a atualização dos valores pagos ao empreiteiro responsável pela obra na sede, esclarecendo que: -----

- no ano de 2019 não foi efetuado qualquer pagamento; -----

- em 2020 foram pagos vinte e cinco mil e seiscentos e oitenta e dois euros e quarenta cêntimos (25.682,40€) e outra factura que não se refere a obras neste edifício (de 17.419,54€);

- em 2021 foram liquidadas duas faturas, a primeira no valor de sete mil e trezentos e dezassete euros e cinquenta e dois cêntimos (7.317,52€) e a segunda no montante de catorze mil e seiscentos e trinta e cinco euros e três cêntimos (14.635,03€); -----

- em 2022 foi realizado quatro pagamentos ao empreiteiro no valor total de 89.239,77€, referente a obras no edifício sede. -----

----- Assim, entre 2019 e 2022, a anterior Mesa Administrativa pagou ao empreiteiro um total de, pelo menos, cento e trinta e seis mil e oitocentos euros (136.800,00€), sem que existissem efetivamente obras neste montante na parte do edifício que é a Sede da Santa Casa, acrescentando que as obras realizadas na Capela e na sacristia, tiveram de ser refeitas a partir de 2023, em virtude das vistorias da equipa do Fundo Rainha D. Leonor, que não as aprovaram, pelo que conclui a senhora Provedora que estes valores, se referem apenas a obra na Capela e telhado.

----- A Senhora Provedora, esclareceu que os valores pagos relativos aos altares da Capela não se encontram incluídos no montante suprarreferido de aproximadamente cento e trinta e seis mil e oitocentos euros (136.800€), porquanto foram contemplados em candidatura ao programa FEDER e os altares foram reparados por empreiteiros sedeados em Braga. -----

----- Clarificou igualmente que o valor de setenta e sete mil euros (77.000€), transferido pelo referido Fundo entre os anos de 2019 e 2022, não se destinavam às obras da Capela, mas sim às obras na Sede, verba essa que atualmente se revela imprescindível para fazer face às despesas das obras em curso na sede.-----

----- Deu nota de que, no ano de 2023, foi pago ao empreiteiro o montante de cerca de trinta e sete mil e seiscentos euros (37.600€); em 2024, o valor de cento e vinte e sete mil e duzentos euros (127.200€); e em 2025, o montante de trinta e três mil e novecentos e vinte euros (33.920€). Somados estes valores, e considerando o pagamento de uma fatura no valor de seis mil euros (6.000€), o total pago ao empreiteiro ascende a aproximadamente duzentos e cinco mil euros (205.000€). Desta forma, a obra em curso, ainda não concluída, perfaz um custo global previsto de trezentos e quarenta e dois mil euros (342.000€). -----

----- Face à necessidade de verificar a correspondência entre os valores pagos e os trabalhos efetivamente realizados à data em obra, a Mesa Administrativa solicitou uma peritagem. Assinalou a Senhora Provedora que, até ao momento, se deteta que há um valor de cerca de cem mil euros (100.000€) aplicado em pagamentos de outras obras/despesas que não na obra propriamente dita da sede, para onde se destinava todo o valor atribuído pelo Fundo Rainha D. Leonor, montante que se revelava essencial para agora concluir a mesma. Não obstante tais contratempos, as vistorias realizadas desde 2023 até à data, têm sempre aprovado os trabalhos executados pela atual Mesa Administrativa. -----

----- Por fim, a Senhora Provedora informou que, para a conclusão célere e necessária das obras, verificasse atualmente que há uma insuficiência de fundo de maneo de cerca de cento e quarenta e cinco mil euros (145.000,00€). Deste montante, cem mil euros (100.000€) correspondem a verbas aplicadas noutras obras que não no edifício sede, dos quais cerca de setenta e sete mil euros (77.000,00€) foram direcionados para obras na Capela e que a estas não se destinavam, acrescentando ainda, e por exemplo, a despesa não prevista com a instalação do AVAC, que ronda os quarenta e cinco mil euros (45.000€). -----

----- A Senhora Provedora salientou que o objetivo primordial de todas as diligências em curso consiste na conclusão, com a maior celeridade possível, das obras destinadas à instalação da clínica SentirDouro e do Alojamento Local no piso superior, este último também considerado pelo Fundo Rainha D. Leonor como uma mais-valia para o edifício da Santa Casa e fonte de rendimento, no futuro. Concluiu referindo que se aguarda o relatório da peritagem, em face do exposto, para a correta estimava das obras executadas e a executar, pelo que solicitou que o assunto desta alínea seja retomado em futura reunião desta assembleia. -----

----- A Senhora Provedora retomou a palavra para clarificar, nesta sequência, a situação financeira da Instituição, informando os valores atualmente existentes nas contas bancárias: ---

- Caixa de Crédito Agrícola (CCA) - doze mil euros (12.000€); -----

- Caixa Geral de Depósitos (CGD) - quinze mil euros (15.000€). -----

-----Recordou que, aquando da tomada de posse da actual Mesa Administrativa, em 2023, os saldos eram de cerca de dezanove mil euros (19.000€) na CCA e cerca de oitocentos euros (800€) na CGD. Informou que, à data presente, as despesas encontram-se saldadas, inclusive as prestações mensais por causa do empréstimo bancário junto da CCA, contraído no mandato da anterior mesa administrativa, no ano de 2021. -----

-----Referiu que, durante o período de carência desse empréstimo bancário na CCA, a anterior Mesa Administrativa como tal implica não pagou quaisquer juros ou capital para amortização e utilizou sessenta e cinco mil euros (65.000€) desse empréstimo, aquando as obras na Capela. Desde 2023, já após o prazo de carência, a actual mesa administrativa tem cumprido pontualmente o contrato bancário, pagando mensalmente a prestação ao banco, em valores entre mil e quinhentos e mil e seiscentos euros (1.500€/1.600€). -----

----- Esclareceu que, no ano de 2023, por via desse empréstimo na CCA foi utilizado o montante de vinte mil euros (20.000€); em 2024, os valores de setenta e três mil e oitocentos euros (73.800€) e trinta e um mil e duzentos euros (31.200€). Estes valores, mais os provenientes do Município e das receitas das atividades desenvolvidas pela Santa Casa, serviram principalmente os pagamentos das obras na capela, no sacrista e no edifício sede; bem como os estudos e especialidades para essa obra; ainda as aquisições de bens para a actividade religiosa e culturais e o pagamento dos estudos, pareceres, projectos e especialidades, além de outras despesas por causa da implementação da UCC.-----

---- Considerando, pois os sessenta e cinco mil euros (65.000€) utilizados pela anterior Mesa Administrativa do referido empréstimo bancário, mais o valor de cento e vinte e cinco mil euros (125.000,00€), utilizado a partir de 2023, o valor global do empréstimo ascendeu a cento e noventa mil euros (190.000€). Informou que, este empréstimo bancário se encontra atualmente a ser amortizado, tendo a actual Mesa Administrativa, desde 2023, já amortizado vinte e três mil e oitocentos e oitenta quatro euros e vinte e dois cêntimos (23.884,22€), que corresponde a 11.921,30€ de capital e a 11.962,92€ de juros. -----

----- Terminada a explanação, tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia para reforçar a importância da participação ativa dos Irmãos nas reuniões da Assembleia da Santa Casa, de modo a conhecerem dos assuntos tratados e de os mesmos se assegurarem do necessário esclarecimento diretamente junto das instâncias competentes e dos órgãos oficiais da Instituição, prevenindo equívocos e interpretações indevidas, principalmente quando o fazem e comentam injustamente, e sem virem às assembleias para que são convocados. -----

----- A Sra. Provedora solicitou à Assembleia a introdução de uma nova alínea no ponto n.º 3 da ordem de trabalhos, proposta que foi votada e aceite por unanimidade. Assim, passou a constar da ordem de trabalhos para deliberação nesta reunião a alínea c), com a seguinte redação: -----

c) "Alienação de Património e Parecer do Conselho Fiscal." -----

----- No uso da palavra, a Sra. Provedora informou que a mesa administrativa recebeu duas propostas para compra e venda de parcela de terreno de imóvel propriedade da Santa Casa, sito na Rua dos Gatos, decisão que estatutariamente cabe à assembleia-geral: -----

- Proposta da Sra. Sandra Duarte: aquisição no pelo valor de mil e quinhentos euros (1.500€); -----
- Proposta do Sr. André Ferreira: aquisição pelo valor de três mil euros (3.000€), acrescida da compra de um quintal anexo por mil euros (1.000€), assumindo ainda o compromisso de custear as despesas inerentes aos procedimentos burocráticos para destaque da parcela. -----

----- A Mesa Administrativa considera que a alienação parcial de parcela de terreno que faz parte de um imóvel urbano que tem um único artigo matricial e registral (e que exigiria procedimentos legais para criação de outro artigo para a parcela a destacar), nos termos e valores propostos não é vantajoso da Santa Casa, e que o imóvel poderá ser melhor aproveitado ou valorizado para futura utilização ou venda na sua totalidade e que o destaque desvaloriza o imóvel, atenta as suas potencialidades. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a decisão do Conselho Fiscal, o qual deu parecer desfavorável à alienação. -----

----- Seguidamente, procedeu-se à votação da alínea c) do ponto n.º 3, tendo a mesma sido rejeitada, por unanimidade. -----

----- O irmão Luís Cecílio pediu a palavra para expressar a sua discordância relativamente à lista de mordomos para o ano de 2026, publicada no Facebook pela comissão de festas cessante, por causa do número elevado de elementos que a compõem e a eventual dificuldade de gestão daí decorrente. Reconheceu, todavia, o

trabalho meritório desenvolvido pela Comissão de festas cessante e sublinhou a relevância de que os possíveis integrantes da nova comissão, sejam pessoas com genuína intenção de colaborar de forma construtiva. Tomou a palavra a Sra. Provedora para esclarecer que a festividades religiosas definidas no compromisso estarão salvaguardadas pelos irmãos dedicados à atividade religiosa, que estão sempre presentes e proativos, e que se deve aguardar que seja constituída a comissão de festas de 2026. Ressalvou que, ao contrário do que se perpetua pela vila, a comissão de festas de 2025 apresentou as contas, com exibição das faturas à mesa administrativa e que referiram que ainda está pendente a atuação de uma banda, que não se pode realizar por causa do mau tempo que esteve no último dia de festa e que há algum vasilhame. A Sra. Provedora parabenizou o exemplo de resiliência e altruísmo dado pelos membros da comissão de festas de 2025, que mesmo sem a ajuda do povo pesqueirense, que não viu com bons olhos esta equipa, organizaram, contrataram artistas e trabalharam em prol da festa. Deu nota, que o Sr. Fernando Ferrajão e senhora Sara Teixeira se mantêm na lista do grupo sugerido para a comissão de festas de 2026, para que não seja dito que não pretendem dar continuidade ou que se estão a eximir de responsabilidades ou de trabalho. Foi dada nota de que esta, foi a primeira vez que uma comissão de festas, cumprindo a legislação, se constituiu com número de contribuinte próprio e que os membros da mesma vão dar eles próprios à comunidade as informações relativas às despesas/receitas da festa que findou, considerando a Mesa Administrativa que assim deverá ser. -----

----- Tomou a palavra o Vice-Provedor para esclarecer e reiterar que, ao contrário do que falsamente se disse, não houve qualquer outra lista de pessoas que se disponibilizassem a realizar a festa em honra de Nossa Senhora dos Remédios e, como tal, os mordomos estão de parabéns pelo exemplo que deram. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para reiterar as palavras ditas anteriormente, mormente em agradecimento à comissão de festas e que as pessoas devem olhar com cuidado para os dados que serão divulgados pela comissão, pois o trabalho realizado foi meritório. -----

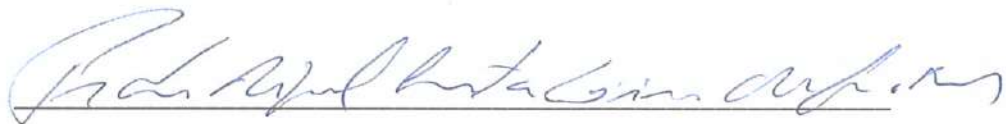
----- No prosseguimento da sua intervenção, o irmão Luís Cecílio solicitou à Mesa Administrativa a aquisição, ou em alternativa o empréstimo através do Município, de

aquecedores destinados à capela, atendendo às baixas temperaturas, bem como de um desumidificador. -----

---- O irmão André Botto, vogal da Mesa Administrativa, esclareceu que, após diligências de vistoria, foi identificado um possível veio de água que atravessa o solo da capela e que poderá estar a contribuir para a situação observada. Informou, contudo, que a humidade se circunscreve a pontos específicos do interior, não afetando a totalidade da estrutura, encontrando-se a situação sob acompanhamento e monitorização. Contudo, e até à recolha de orçamentos para aquisição de equipamentos de aquecimento/desumidificação, será solicitado ao Município o empréstimo de aquecedores. -----

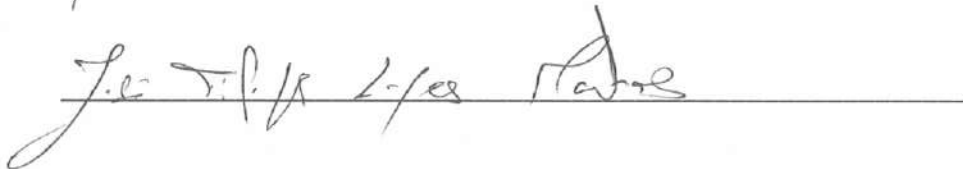
----- Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Pedro Seixas, deu por encerrada a assembleia pelas vinte e duas horas e nove minutos, lavrando-se a ata que, a partir desta data, será escrita mecanograficamente para ser lida e aprovada na próxima reunião desta Assembleia Geral. -----

Presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia



P/leitura

Vice-Presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia, em substituição



Secretária da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia

